

A tradução literária com base no perspectivismo

Giselle Cristina Gonçalves Migliari

Resumo: Ainda que diversas teorias, no decorrer da história da tradução, centrem suas discussões no privilégio da forma ou do conteúdo, outras, a partir do século 19, ampliam seus debates questionando a essência do *logos* e as verdades. Neste trabalho, abordaremos a tradução desde uma perspectiva interpretativa, em contraposição ao logocentrismo derivado do essencialismo platônico. Para tal, trabalharemos com a teoria perspectivista de Friedrich Nietzsche, desconstrutor das ideias platônicas de “verdade” e “essência”, enlaçando-a aos estudos tradutológicos de Rosemary Arrojo. A discussão enfatiza a tradução literária, vista como um trabalho cheio de percalços.

Palavras-chave: Tradução literária; Perspectivismo; Logocentrismo.

I

Não é de hoje que a discussão sobre as dificuldades da tradução literária se dá no âmbito da crítica tradutológica. Tal polêmica abrange debates referentes a questões textuais (forma e conteúdo) e à posição do tradutor (tradutor como transportador de significados; tradutor como criador); perambula entre os estudos tradutológicos tanto no que diz respeito à relação existente entre o texto original e a

tradução literal ou figurada quanto no que tange à postura do tradutor perante o seu trabalho de tradução e “re-criação”.

Cícero, no século I a. C., já defendia que o trabalho de tradução deveria ser feito não por um intérprete, mas sim por um orador, respeitando, principalmente, as concepções e a forma do texto original. Para Cícero, o intérprete representava o tradutor literal, que optava por um trabalho com base na tradução palavra por palavra. Já o orador, segundo o poeta e retórico, ocupava-se da transferência dos significados. Percebe-se, desde Cícero, uma preocupação com os sentidos presentes no texto original e vistos como possíveis de serem conservados na tradução¹.

Em sua obra intitulada *Translation theory before the twentieth century*, Jeremy Munday discute as controvérsias entre tradução palavra por palavra e tradução sentido por sentido, temas atuais em diversas teorias tradutológicas. Além de exibir os conceitos ciceronianos, o crítico percorre os trabalhos de Dolet, Martinho Lutero, Dryden, Tytler, Schleiermacher, entre outros.

Segundo Munday, o século 16 é marcado por uma forte preocupação com os textos bíblicos e suas possíveis traduções. A Igreja Católica resistia às traduções da *Bíblia* como forma de resguardar os significados das Sagradas Escrituras, vistos pela instituição como fixos e imutáveis. Muitas traduções foram rechaçadas pela igreja por serem consideradas inválidas quanto a sua integridade interpretativa. Como exemplo, Munday cita o caso de Étienne Dolet (1509-1546), condenado e morto por desenvolver uma tradução com conotações adversas ao pensamento de imortalidade da alma². Munday expõe, ainda como exemplo presente no século 16, o caso de Martinho Lutero (1483-1546), realizador das traduções do Novo Testamento para a língua alemã, em 1522, e do Antigo Testamento, em 1532.

¹ MUNDAY, J. “Translation theory before the twentieth century”. In: *Introducing Translation Studies*. London: Routledge, 2005, p. 19.

² *Ibidem*, p. 22.

Lutero buscou realizar uma tradução bíblica a favor de uma popularização da linguagem, transgredindo, dessa forma, a norma da literalidade estipulada pela Igreja Católica.

O destaque de Munday, no século 17, reporta-se às obras do escritor e crítico literário John Dryden (1631-1700), que caracterizou o processo de tradução em três possibilidades: metáfrase, paráfrase e imitação. A metáfrase, segundo Dryden, referia-se à tradução palavra por palavra; a paráfrase correspondia à tradução sentido por sentido; já a imitação, próxima à adaptação, atribuía-se à tradução livre³, não sendo esta fiel à forma nem ao conteúdo.

Jeremy Munday percorre, em seu estudo, o século 18, enfatizando as idéias de Alexander Fraser Tytler. Este desenvolveu, em 1790, três leis englobando o processo de tradução: 1ª lei – o tradutor deve transmitir todas as idéias do texto original; 2ª lei – o estilo e a maneira de escrita da tradução devem ser os mesmos do texto original; 3ª lei – a tradução deve ter toda a tranquilidade do texto original, ou seja, a mesma fluência do texto base.

Enquanto as argumentações, durante os séculos, oscilam entre a preservação da forma e do conteúdo do texto original, o século 19 apresenta uma nova discussão acerca do trabalho de tradução. Munday salienta, como relevância do período romântico, o teólogo e tradutor alemão Friedrich Schleiermacher. Em 1813, Schleiermacher escreveu um tratado de tradução no qual defendeu um trabalho baseado na interpretação não de uma verdade absoluta, mas de uma compreensão individual⁴. Para o tradutor, quando comparamos duas línguas, percebemos diferenças não somente nas palavras, mas também em seus conceitos e interpretações. Uma tradução que trabalhe com duas línguas em que cada sentido de uma palavra da língua fonte tenha um correspondente exato na língua meta se converte em uma tradução mecânica, muito ligada a uma relação de negociação

³ *Ibidem*, p. 25.

⁴ *Ibidem*, p. 27.

e distante de ser uma obra artística.⁵ O discurso, para ser considerado livre, deve ser concebido de duas formas: tanto pelos elementos que configuram um indivíduo (relações sociais, valores, experiências etc.) quanto por um elemento de subjetividade.

A partir do século 19, há um ponto relevante a ser tratado sobre a tradução: a questão dos sentidos do original, das verdades absolutas ou da essência que é atribuída ao texto de partida e que se pretende reproduzir no texto de chegada. Porém, a nova discussão, aberta por Schleiermacher, não soluciona as questões sobre forma e conteúdo levantadas até então. Outras teorias seguem priorizando o sentido das palavras do original, que deve, em detrimento de sua condição formal, ser transpassado para a tradução. Quando considerado como fator central, tal debate evidencia uma defesa, por parte dos críticos e escritores, do texto como um guardião de significados e, mais especificamente, da palavra, como um receptáculo de sentido estável. A preocupação que se tem em preservar semanticamente o texto original baseia-se na lógica de que é possível realizar o transporte dos significados de uma língua para outra e protegê-los no ato tradutório.

John C. Catford e Eugene Nida, linguistas do século 20, realizaram seus estudos tradutológicos voltados ao tema da equivalência linguística, seguindo o pensamento de que a função do tradutor insere-se na transposição semântica dos termos de uma língua para outra. O primeiro buscou sistematizar a tradução por meio das teorias linguísticas; já o segundo dispôs da própria linguística para lidar com os problemas correntes no trabalho da tradução⁶.

Uma das causas de se associar a tradução à noção de falha ou de inferioridade é a expectativa gerada pelo uso de conceitos como o de equivalência como ponto de partida para a reflexão sobre a tradução. A “equivalência”, como mostra a pró-

⁵ SCHLEIERMACHER, F. “Sobre os diferentes métodos da tradução”. In: *Clássicos da teoria da tradução*. Volume 1 Alemão-Português. HEIDERMANN, W. (org.). Florianópolis: UFSC, Núcleo de Tradução, 2001, 33.

⁶ RODRIGUES, C. C. *Tradução e diferença*. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 26.

pria etimologia do termo, associa-se a uma certa concepção de tradução, aquela que considera que a tradução deva reproduzir o texto de partida, ter o seu valor, pois seu uso remete à busca da unidade, da homogeneidade entre o texto traduzido e o original⁷.

Segundo Catford, a tradução é a “substituição de material textual de uma língua por material textual equivalente em outra língua”⁸. Sua proposta de estudo sugere que a busca por tal equivalência seja efetuada em cada porção textual. Ainda que o termo “equivalente” não seja explicado pelo linguista, é possível pensar em equivalência tanto semântica quanto formal. Porém, não se menciona no trabalho do linguista a possibilidade de existir uma gama de opções, no que diz respeito à forma e ao conteúdo. O que persiste é a concepção de que cada bloco de texto estudado terá, necessariamente, outro bloco de relação similar na língua de chegada. Quando inexistente esta relação, a tradução é tida como impossível.

Na impossibilidade linguística de tradução, os traços funcionalmente relevantes incluem alguns que de fato são traços formais da linguagem do texto da língua fonte. Se a língua meta não tem traço formalmente correspondente, o texto ou o item é (relativamente) intraduzível⁹.

Os trabalhos de Nida, assim como os de Catford, justificam a tradução como equivalência buscando uma igualdade entre os elementos textuais das diferentes línguas. Entretanto, os estudos do primeiro diferem dos de Catford no sentido de que examinam a utilização da linguística para explicar e resolver os problemas de tradução. Seu objetivo é descrever cientificamente “o processo de trans-

⁷ *Ibidem*, p. 28.

⁸ CATFORD, J. C. *Uma teoria lingüística da tradução*. São Paulo: Cultrix, 1980, p. 22.

⁹ *Ibidem*, p. 104.

ferência de uma mensagem de uma língua para outra"¹⁰. Nida define o que entende por equivalência: uma "similaridade muito próxima em significado, oposta à similaridade em forma"¹¹.

A equivalência linguística, sustentada por Catford e Nida, apoia um conceito que determina a leitura do tradutor como um exercício passivo na descoberta de significados pré-inseridos pelo autor. A atuação é caracterizada como "passiva" devido à não-interferência do tradutor na construção semântica do texto da tradução, já que o seu papel resume-se em substituir significados fixos existentes na língua fonte para a língua meta. Neste caso, os caminhos do tradutor estariam enveredados ao movimento de busca e transferência de significados de uma língua para a outra. Ao final, as muralhas erguidas, que serviriam de proteção às figuras semânticas do texto, receberiam seu anátema de logocentrismo, termo cunhado pela teoria desconstrutivista e, mais precisamente, pelo filósofo francês Jacques Derrida.

O logocentrismo reporta-se à consideração da palavra como parte central do texto. Segundo Derrida, representa a busca constante por uma "verdade" ou "essência": "Identificamos o logocentrismo e a metafísica da presença como o desejo exigente, potente, sistemático e inexprimível, de um tal significado"¹².

O *logos* como possuidor de um significado único e fixo é criticado pelo filósofo por criar supostas "verdades" que são julgadas como definitivas, conferindo assim uma autoridade ao escritor do texto original. No âmbito tradutológico, o logocentrismo é responsável por promover a busca pelo sentido "correto" do texto de partida, pelo intento de transmitir todas as intenções do autor e, consequentemente, pela frustração do tradutor, incapaz de ocupar o lugar e o tempo do autor do original.

¹⁰ NIDA, E. "Toward a science of translating". In: RODRIGUES, C. C. *Tradução e diferença*. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 63.

¹¹ Ibidem, p. 65.

¹² DERRIDA, J. *Gramatologia*. São Paulo, Perspectiva, 1973, p. 60.

Nestas circunstâncias de busca da proteção semântica da palavra, o tradutor se insere e atribui a si mesmo a responsabilidade de interpretar corretamente os elementos formadores do texto original. Em tal atuação, o tradutor se vê obrigado a adentrar o termo em questão, escolher o termo correto entre as opções semânticas e realizar a transferência de significados, como forma de manter uma fidelidade ao autor e ao texto. Não obstante, ainda que o tradutor pense em trabalhar com elementos defensores do texto original e das intenções do autor, tudo o que destacar representa sua própria forma de ler e interpretar o texto base. Preservar o sentido original, ou a essência do texto de língua fonte, revela-se fora das possibilidades do tradutor, incapaz de ignorar tudo aquilo que o constitui enquanto sujeito: suas experiências, seus valores, suas ideologias etc.

O tradutor, em seu trabalho de leitura e interpretação, não desvenda os significados presentes no texto, mas os constrói por meio de uma interação existente e necessária entre ele, o tradutor, e os elementos que compõem o texto. O tradutor, antes de lê-lo, é um leitor e o acúmulo de suas leituras será a base para o seu trabalho de re-criação textual. O logocentrismo, ao se mostrar como um guardião semântico, condena o tradutor ao papel mecânico de transportador de significados e impede sua atuação criativa. O trabalho de decifração de significados preestabelecidos pelo autor mostra-se impossível.

Considerando tal panorama, discutiremos o tema da tradução literária com base na leitura e interpretação do tradutor, sendo esta variável e flexível. Para tanto, utilizaremos fundamentalmente, a teoria perspectivista do filósofo Friedrich Nietzsche e, como forma de relacionar a filosofia e a tradução, os estudos tradutológicos de Rosemary Arrojo.

II

Platão, pensador grego dos séculos V e IV a. C., sustenta, em seus trabalhos filosóficos, o conceito de mundo sensível e mundo inteligível. Para o filósofo, o mundo estava dividido em dois planos, sendo o primeiro designado sensível (superfície terrena), lugar este das representações imperfeitas dos objetos do mundo, e o segundo denominado mundo inteligível ou metafísico, lugar onde se encontram as essências dos objetos existentes. O mito da caverna é a alegoria, criada por Platão, que alude ao pensamento dual do mundo – mundo das aparências e das ideias. Segundo Platão, o que há no plano sensível ou no mundo das aparências são simulacros ou aproximações imperfeitas de uma essência idealizada e existente no mundo inteligível. É possível utilizar a mesma lógica interpretativa do mito platônico na relação existente entre texto “original” e tradução, segundo as teorias logocentristas. A tradução, neste caso, desempenha o papel de representação ou de objeto presente no mundo sensível. Já o texto de partida reproduz a essência, ou o sentido intocável, e detém um valor acentuado em detrimento de seu derivado. A partir desta premissa, é possível compreender o porquê de a tradução ser considerada inferior: por sua condição de simulacro e de representação de algo maior e perfeito.

Todas as metáforas que a tradição logocêntrica tem escolhido para descrever e explicar a relação “original” / tradução derivam precisamente dessa concepção clássica de signo e das relações que lhe permite estabelecer com seu referente. Portanto, dela derivam também os preconceitos, as noções de inadequação e inferioridade, de traição e de deformação e, sobretudo, a impossível tarefa que se impõe a todo tradutor: a expectativa de que seja não apenas invisível e inconspícuo, mas de que possa também colocar-se na pele, no lugar e no tempo do autor que traduz, sem deixar de ser ele mesmo e sem violentar a sintaxe e a fluidez de sua língua, de seu tempo e de sua cultura.¹³

¹³ ARROJO, R. “A tradução passada a limpo e a visibilidade do tradutor”. In: *Tradução, desconstrução e psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 73.

Como resposta ao essencialismo platônico, o final do século 19 apresenta uma crítica que dialoga diretamente com a metafísica, questionando as “verdades” do mundo. Em seus estudos, Friedrich Nietzsche (1844-1900) desconstrói o plano das ideias ou inteligível de Platão e atribui ao homem a delimitação dos conceitos. Este, por conta de suas relações com o mundo, estabelece os sentidos que mais lhe são convenientes, ou seja, aqueles significados que emergem de sua interpretação social.

Nietzsche, em seus estudos, considera a percepção e pensamento humanos sobre uma perspectiva variável e defende a inexistência dos sentidos únicos, das verdades e da “coisa-em-si”. Para o filósofo, os significados não são intrínsecos aos objetos, não são delimitados por eles, mas sim pelo homem e por suas convenções sociais. Estas determinam os sentidos das coisas do mundo e, de acordo com o grupo e os conceitos estabelecidos socialmente, podem ser dispostas de outro modo, variando de acordo com cada cultura.

(...) aquilo que agora denominamos mundo é o resultado de uma multidão de erros e fantasias, que surgiram pouco a pouco no desenvolvimento total do ser orgânico, cresceram entrelaçados e agora nos são legados como tesouro acumulado do passado inteiro – como tesouro: pois o valor de nossa humanidade repousa nele. O fato é que, desse mundo de representação, a ciência rigorosa só é capaz de livrar-nos em pequena medida – o que, aliás, nem é de desejar –, já que não é capaz de romper, no essencial, a força de hábitos antiqüíssimos de sensação: mas pode aclarar a história da gênese desse mundo como representação, bem aos poucos e passo a passo – e elevar-nos, pelo menos por instantes, sobre o evento inteiro. Talvez reconheçamos então que a coisa em si é digna de uma homérica gargalhada: ela *parecia* tanto, e mesmo tudo, e, propriamente, *é* vazia, ou seja, vazia de significação.¹⁴

¹⁴ NIETZSCHE, F. “Humano, demasiado humano”. In: *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 73.

O perspectivismo, portanto, nada mais é do que a visão determinada por Nietzsche que defende a significação dos objetos do mundo ponderada a partir de perspectivas, ou seja, de interpretações feitas pelo homem. Estas leituras revelam-se flexíveis e mutáveis de acordo com cada sociedade. O homem, para o filósofo, pensa o seu mundo de acordo com a relação instituída com este, ou seja, mediante a interpretação feita do mundo. Nietzsche ressalta que o homem percebe o seu meio examinando-o e cria, a partir de tais observações, conceitos que se cristalizam e tomam a forma de “verdades”. Assim, os indivíduos viveriam imersos em suas próprias ilusões, em suas criações de “verdades”, que se modificam à medida que sua cultura, valores, experiências e ideologias assim determinam. Dessa forma, o conhecimento não é algo revelado, mas sim estipulado; o homem não desvenda mistérios; ao contrário, ele inventa conceitos, como respostas arbitrárias a uma necessidade de vida em comunidade, sintetizando a diversidade e gerando uma ideia de ordem das coisas.

O que é a verdade, portanto? Um batalhão imóvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas.¹⁵

As reflexões nietzschianas sobre mundo como interpretação são estendidas ao domínio da linguagem. Nietzsche considera a palavra como “a figuração de um estímulo nervoso em sons”, ou seja, como a criação, por meio de metáforas, de uma designação uti-

¹⁵ NIETZSCHE, F. “Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral”. In: *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 53.

lizada para expressar a relação do homem com o mundo. Sendo assim, ela, a palavra, não é a representação da realidade, mas, simplesmente, a metáfora de uma realidade sensível. “Um estímulo nervoso, primeiramente transposto em uma imagem! Primeira metáfora. A imagem, por sua vez, modelada em um som! Segunda metáfora”.¹⁶ O filósofo determina que a “coisa-em-si” é algo que a linguagem não pode captar; esta exprime, simplesmente, suas impressões.

O conceito do todo é contudo obra nossa. Aqui se encontra a fonte da representação do fim. O conceito do todo está não nas coisas, mas em nós. Estas unidades, a que nós chamamos organismos, são ainda contudo pluralistas. Não existem na realidade quaisquer indivíduos, mas sobretudo os indivíduos e organismos não são outra coisa senão abstração.¹⁷

O perspectivismo é a teoria nietzschiana sobre o conhecimento que incorpora dois elementos principais: a impossibilidade de uma averiguação essencialista para a razão e a intensificação de seu subjetivismo. Esta teoria objetiva expandir as possibilidades interpretativas ou o alargamento das perspectivas com relação ao funcionamento das coisas, sendo esta expansão determinada, somente, pelos interesses da razão e das vontades.¹⁸ O perspectivismo de Friedrich Nietzsche nega a resposta única, a essência e a possibilidade de conhecimento de um em detrimento de uma multiplicidade, ao mesmo tempo em que responde a uma filosofia que busca considerar a experiência como o próprio conhecimento.

A forma de um todo que serve para explicar o organismo nenhuma ponte tem com o organismo, o que em última análise

¹⁶ *Ibidem*, p. 55.

¹⁷ NIETZSCHE, F. Die Teleologie seit Kant. In: MARQUES, A. *A filosofia perspectivista de Nietzsche*. São Paulo: Discurso Editorial; Ijuí, 2003, p. 59.

¹⁸ MARQUES, A. *A filosofia perspectivista de Nietzsche*. São Paulo: Discurso Editorial; Ijuí, 2003, p. 54.

implica que o sujeito e suas produções cognitivas ficam remetidas para o domínio da mera interpretação de certos processos e qualidades, supondo que interpretar é, de algum modo, *traduzir*, no sentido de transpor para nosso código certos sinais que só por si não têm significado autônomo.¹⁹

III

Quando relacionadas as teorias filosóficas e os estudos de tradução, observa-se uma analogia presente entre a sustentação de um pensamento, no qual os sentidos das coisas do mundo estão contidos nas próprias coisas, e a busca de uma equivalência conceitual da tradução, desenvolvida pelas teorias linguísticas no decorrer dos séculos. Tais estudos, que privilegiam o resguardo do conteúdo do texto original, sua proteção e transferência, evidenciam uma ânsia pela essência dos conceitos, supostamente existente na língua de partida e de chegada. O perspectivismo desconstrói as ideias platônicas de “verdade” e, transposto aos estudos da tradução, caracteriza o processo não mais como um carregamento de sentidos fixos e estáveis, defesa do logocentrismo, mas sim como uma tarefa de leitura e interpretação do texto de partida. Dessa forma, a interpretação, moldada pela leitura, define-se por elementos textuais que interagem com as características subjetivas do tradutor.

Antes de qualquer coisa, o tradutor desempenha um papel de leitor do texto original. A partir de sua leitura, o texto é compreendido e interpretado pelo tradutor sob a perspectiva de seus valores, ideologias, experiências e outras leituras. Esta interação entre tradutor e texto permite o aparecimento de suas interpretações, que serão distintas das de outros tradutores e das do autor do texto original. Sendo assim, o trabalho gerado agrega traços particulares do seu criador, ainda que tenha partido de uma obra já existente.

¹⁹ *Ibidem*, p. 58.

As interpretações do tradutor não necessariamente condizem com as intenções do autor. Tais intenções mostram-se possíveis de serem descobertas somente se mencionadas pelo próprio autor do texto original. É importante destacar que o tradutor comprometido em transmitir as exatas intenções autorais e o sentido do texto base logra realizar, em verdade, a exposição daquilo que ele, tradutor, considera como sendo as intenções e os significados originais. O tradutor sempre toma como ponto de partida a sua leitura, determinada pelo seu filtro pessoal e sua visão de mundo, que não lhe pertence totalmente, pois mantém uma estreita conexão com o seu contexto, a sua história, suas experiências, os valores compartilhados por sua comunidade etc.

O foco interpretativo é transferido do texto, como receptáculo da intenção do “original” do autor, para o intérprete, o leitor, ou o tradutor. Isso não significa, absolutamente, que devemos ignorar ou desconsiderar o que sabemos a respeito de um autor e de seu universo quando lemos ou traduzimos um texto. Significa que, mesmo que tivermos como único objetivo o resgate das intenções originais de um determinado autor, o que somente podemos atingir em nossa leitura ou tradução é expressar *nossa visão* desse autor e de suas intenções.²⁰

Podemos dizer, portanto, que a leitura é formada pela interação traçada entre os elementos que constituem o sujeito, no caso, o tradutor, e os conceitos preestabelecidos socialmente existentes no texto. Cada sujeito, assim, responsabiliza-se por uma interpretação, uma leitura, distinta de outras e fiel à sua visão de mundo. Por meio desta vinculação existente entre texto e tradutor é que os sentidos se elevam de um texto, o que nos leva a pensar em distintas significações, sempre que o tradutor sofrer modificações. Um texto relido,

²⁰ ARROJO, R. *Oficina de tradução*. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 2000, p. 41.

para um mesmo sujeito, pode conotar outros elementos que evidenciam não uma mudança no texto, mas em seu leitor. Os significados das coisas podem ser vistos, segundo o perspectivismo, como a construção de uma concepção em que a palavra é colocada como metáfora em relação ao mundo da experiência. De acordo com essa concepção interpretativa sobre o mundo, todas as palavras são denominações impróprias que expõem a imagem sonora e nunca a essência das coisas. A essência, eterna e imutável, é vista como uma mentira absoluta.²¹

Rosemary Arrojo responde às preocupações logocentristas argumentando que a tradução não representa uma técnica de simples transferência de sentidos fixos de uma língua para a outra, mas um processo de criação de novos significados. Seu trabalho defende a valorização do tradutor como um criador de sentidos, que parte de um texto já finalizado (texto original), no qual os significados não estão convencionados. Os significados do texto base, para o tradutor, são arquitetados a partir de sua perspectiva, da mesma forma que os elementos semânticos de sua tradução também dependem do ponto de vista de seu leitor. Para Arrojo, a linguagem e o texto são sempre passíveis de tradução. A autora ressalta a importância de encarar o ofício tradutológico como uma ação transformadora, um jogo, no qual elementos do autor, do texto, do tradutor e do contexto estão envolvidos.

IV

Uma das questões provenientes dos debates sobre tradução literária muito se relaciona com o tema do essencialismo: a preocupação com os sentidos que são transferidos de uma língua para outra e a ideia de que estes sentidos, integralmente, devem ser transportados para a língua meta, sem a interferência do tradutor.

²¹ NIETZSCHE, F. "Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral". In: *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 55.

Na acepção de Jorge Luis Borges, a leitura de uma obra, feita por um estrangeiro, sempre implica perda; mesmo quando a obra não passa por um processo de tradução, esta não terá as mesmas conotações para um e outro leitor.²² É o caso, por exemplo, de um livro escrito em português de Portugal e lido por um brasileiro: as referências geradas pela leitura não serão as mesmas para os dois leitores.

Segundo o escritor argentino, há dois tipos de tradução: a que pratica a literalidade, de mentalidade romântica, e a que pratica a perífrase, tendo a sua origem na mentalidade clássica. A mentalidade romântica, de acordo com Borges, não objetiva ressaltar a obra de arte, mas sim o homem. Esta forma de pensar, muito ligada à essência do texto original, tenta proteger as intenções do autor, as suas particularidades, como forma de evidenciá-lo. “¡Cuidado con torcele una sola palabra de las que dejó escritas!”²³ Já na mentalidade clássica, o interessante é trabalhar com a obra de arte, sem se ater tanto ao artista. Neste caso, a mentalidade clássica se assemelha ao modo perspectivista de pensar a tradução: esta representará sempre uma interpretação do tradutor e, por conseguinte, suas características também aparecerão no resultado final do seu trabalho.

Borges, em *Pierre Menard, autor do Quixote*, também demonstra a sua crítica à tradução essencialista e logocentrista. Nesta obra, o narrador apresenta Pierre Menard e sua obra ímpar e inconclusa, relacionada à reescrita de alguns capítulos de *Dom Quixote*. Segundo o narrador, o que leva Pierre Menard a visitar e tentar criar *Dom Quixote* é a sua identificação pelo autor Miguel de Cervantes, além da revolta que sente por ver publicados textos anacrônicos que retomam a história do cavaleiro em contextos atuais.²⁴

²² BORGES, J. L. “Las dos maneras de traducir”. In: *Textos recobrados*. Buenos Aires: Emecé, 1997, p. 256.

²³ *Ibidem*, p. 258.

²⁴ BORGES, J. L. “Pierre Menard, autor do Quixote”. In: *Ficções*. São Paulo: Globo, 1999, p. 51.

Menard não tinha, como propósito, recriar a história passada “en un lugar de la Mancha”, mas sim reescrever o original, sem que, para isso, precisasse copiar trechos do livro. O que queria era reescrever alguns capítulos que fossem idênticos ao texto de 1605, de Cervantes. Então, o escritor resolve adotar um método para se chegar ao seu objetivo: conhecer a língua espanhola, a fé da época, passar por guerras, esquecer a história da Europa a partir do século 17 e, principalmente, ser o próprio Miguel de Cervantes. Porém, deu-se conta de que poderia aumentar o grau de dificuldade do plano se tivesse, como proposta, ser Pierre Menard escrevendo *Dom Quixote*, ao contrário de tentar ser Miguel de Cervantes.²⁵ Com isso Menard, ainda que confessando a impossibilidade de colocar em prática o seu trabalho, finaliza os capítulos propostos, que parecem ter conotações muito diferentes das feitas a partir do original. Os textos, aparentemente idênticos, não se referem às mesmas coisas, justamente por serem de autores e épocas diferentes. Borges nos mostra que a tarefa de se colocar no lugar, no tempo e no próprio pensamento de outro autor, como é cobrado, muitas vezes, de um tradutor, representa uma ação impossível de se concretizar, uma vez que os valores e as experiências do tradutor não deixam de influenciá-lo em seu trabalho de tradução. Além disso, como já dito anteriormente, mesmo que a intenção do tradutor seja reproduzir os pensamentos do texto original, estará, ingenuamente, reproduzindo as suas próprias perspectivas ou aquilo que imagina ser os pensamentos do autor do texto original.

De acordo com Roman Jakobson, em *Aspectos lingüísticos da tradução*:

(...) quer esta dominação seja absoluta ou limitada, a poesia, por definição, é intraduzível. Só é possível a transposição criativa: transposição intralingual — de uma forma poética a outra —, transposição interlingual ou, finalmente, transposi-

²⁵ *Ibidem*, p. 52.

ção inter-semiótica — de um sistema de signos para outro, por exemplo, da arte verbal para a música, a dança, o cinema ou a pintura.²⁶

No fragmento acima destacado, Jakobson parece acreditar em um sentido poético que, primeiro, não pode ser alcançado e, segundo, existe como núcleo do poema. O pensamento do linguista mostra-se essencialista e contrário à tradução sob o viés do perspectivismo.

Para Borges,

Las dificultades de traducir son múltiples. Ya el universalmente atareado Novalis (“*Werke*”, página 207, parte tercera de la edición de Friedemann) señaló que cada palabra tiene una significación peculiar, otras connotativas y otras enteramente arbitrarias. En prosa, la significación corriente es la valedera y el encuentro de su equivalencia suele ser fácil. En verso, mayormente durante las épocas llamadas de decadencia o sea de haraganería literaria y de mera recordación, el caso es distinto. Allí, el sentido de una palabra no es lo que vale, sino su ambiente, su connotación, su ademán. Las palabras se hacen incantaciones y la poesía quiere ser magia. Tiene sus redondeles mágicos y sus conjuros, no siempre de curso legal fuera del país.²⁷

Rosemary Arrojo define que aquilo que permite a um texto ser considerado literário ou não é a forma como este é reconhecido pela comunidade, atribuindo o seu significado a determinações sociais.²⁸ Para a autora, assim como para a filosofia perspectivista, o

²⁶ JAKOBSON, R. “Aspectos lingüísticos da tradução”. In: *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 2003, p. 15.

²⁷ BORGES, J. L. “Las dos maneras de traducir”. In: *Textos recobrados*. Buenos Aires: Emecé, 1997, p. 256.

²⁸ ARROJO, R. *Oficina de tradução*. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 2000, p. 31.

significado de uma poesia não se encontra nela mesma. Trata-se de considerações de quem a lê e a interpreta dessa forma. Sendo assim, a postura do leitor diferencia-se conforme o tipo de texto. Este leitor adapta o seu olhar de acordo com a atribuição que seu grupo social concede a uma determinada obra.²⁹ Para Arrojo, portanto, a literatura representa uma convenção cultural delimitada por uma comunidade. Tal determinação, segundo a autora, nem sempre é feita de maneira consciente.

O trabalho do tradutor, ainda que voltado às suas perspectivas, deve buscar considerar o texto de partida em sua amplitude. Este desempenho será favorecido se o tradutor conhecer as características textuais apreciadas tanto em sua cultura como na cultura do texto original, tenha uma ampla visão social-histórica e um conhecimento das línguas capaz de ampliar suas percepções. A sensibilidade e o talento do tradutor para a escrita devem ser os mesmos exigidos de um escritor.³⁰

Portanto, o tradutor molda a sua postura de acordo com o tipo de texto que será trabalhado e com as convenções sociais relacionadas à leitura em questão e à sua língua. A leitura dos elementos textuais se dará em uma reação interativa entre as características do tradutor e os próprios elementos textuais, iniciando uma nova criação ou uma “re-criação”.

Cada texto é único e, simultaneamente, é a tradução de outro texto. Nenhum texto é inteiramente original, porque a própria linguagem em sua essência já é uma tradução: primeiro, do mundo não-verbal e, depois, porque cada signo e cada frase é a tradução de outro signo e de outra frase [...] todos os textos são originais porque cada tradução é distinta. Cada

²⁹ *Ibidem*, p. 33.

³⁰ ARROJO, R. *Oficina de tradução*. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 2000, p. 36.

tradução é, até certo ponto, uma invenção e assim constitui um texto único.³¹

Assim, a tradução vista sob o viés do logocentrismo tende a considerar o tradutor como um decifrador de significados fixos e estáveis e caracterizar o seu trabalho como uma atuação mecânica de transferência, impossibilitando a interferência criativa do tradutor em seu trabalho. Já a tradução consentida a partir da filosofia perspectivista parte do pressuposto de que os sentidos de um texto somente emergem por meio de interpretações, que se formam a partir das perspectivas de cada tradutor.

Em outras palavras, nossa tradução de qualquer texto, poético ou não, será fiel não ao texto 'original', mas àquilo que consideramos *ser* o texto original, àquilo que consideramos constituí-lo, ou seja, à nossa interpretação do texto de partida, que será, como já sugerimos, sempre produto daquilo que somos, sentimos e pensamos.³²

Referências

- ARROJO, R. *Oficina de tradução*. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- ARROJO, R. *Tradução, desconstrução e psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- BORGES, J. L. "Las dos maneras de traducir". In: *Textos recobrados*. Buenos Aires: Emecé, 1997.
- BORGES, J. L. "Pierre Menard, autor do Quixote". In: *Ficções*. São Paulo: Globo, 1999.
- CATFORD, J. C. *Uma teoria lingüística da tradução*. São Paulo: Cultrix, 1980.
- DERRIDA, J. *Gramatologia*. São Paulo, Perspectiva, 1973.

³¹ PAZ, O. *Tradução: literatura e literalidade*. Belo Horizonte: FALE / UFMG, 2006, p. 5. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/site/publicacoes/download/traducaoliteratura-site.pdf>. Acesso em: 25/06/2009

³² ARROJO, R. *Oficina de tradução*. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 2000, p. 44.

Giselle Cristina Gonçalves Migliari. *A tradução literária com base no perspectivismo*

JAKOBSON, R. "Aspectos lingüísticos da tradução". In: *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 2003.

MARQUES, A. *A filosofia perspectivista de Nietzsche*. São Paulo: Discurso Editorial; Ijuí, 2003.

MUNDAY, J. "Translation theory before the twentieth century". In: *Introducing Translation Studies*. London: Routledge, 2005.

NIETZSCHE, F. "Humano, demasiado humano". In: *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

NIETZSCHE, F. "Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral". In: *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

PAZ, O. *Tradução: literatura e literalidade*. Belo Horizonte: FALE / UFMG, 2006, p. 5. Disponível em:

<http://www.letras.ufmg.br/site/publicacoes/download/traducaoliteratura-site.pdf>. Acesso em: 25/06/2009.

RODRIGUES, C. C. *Tradução e diferença*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

SCHLEIERMACHER, F. "Sobre os diferentes métodos da tradução". In: *Clássicos da teoria da tradução*. Volume 1 Alemão-Português. HEIDERMANN, W. (org.). Florianópolis: UFSC, Núcleo de Tradução, 2001.